Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG")

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Índice

Rela	atório da Administração	3
Bala	anço Patrimonial	17
Den	monstração de Resultado	18
Den	monstração de Resultados Abrangentes	19
Den	nonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	20
Den	nonstrações dos Fluxos de Caixa	21
Den	nonstração do Valor Adicionado	22
1.	A Companhia e suas operações	23
2.	Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	24
3.	Sumário das principais práticas contábeis	26
4.	Estimativas e julgamentos relevantes	28
5.	Contas a receber	29
6.	Imobilizado	30
7.	Fornecedores	31
8.	Arrendamentos	31
9.	Partes relacionadas	32
10.	Processos judiciais e contingências	34
11.	Tributos	38
12.	Patrimônio líquido	40
13.	Instrumentos financeiros	41
14.	Gerenciamento de riscos	42
15.	Receita de serviços	44
16.	Resultado financeiro líquido	45
17.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	45
18.	Despesas e custos por natureza	46
19.	Gestão de recursos humanos	46
Dire	etoria Executiva	Δ7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB- LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração

Em 2022, a PB-LOG completou 10 anos de existência e atuou alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com reconhecida posição competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional.

O resultado do exercício premiou um esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, sempre visando maiores níveis de operação e segurança.

A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2022, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0.59 acidentados/milhão de homens-hora, um decréscimo de 40% em relação a 2021 e de 39% em relação ao limite de alerta para esse indicador.

Acerca do nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R\$ 1.162, o qual representa a eficiência e a escala das nossas operações, será integralmente distribuído ao Acionista sob forma de dividendos.

No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação/cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração para uma adequada gestão do Pool logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras.

Ainda, priorizamos a diligência nas medições contratuais. Houve evolução nos controles de atendimento às obrigações assessórias, com mitigação de exposição contratual e a regularização de saldos e provisões com clientes e fornecedores.

Tivemos também um ano de evolução na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controle de Riscos Empresariais e de Integridade, na elaboração de ferramentas de controles e governança e na implementação do Programa Mais Valor para apoio à cadeia de fornecedores.

Ademais, em continuidade às ações de preservação de caixa e redução de custos e despesas iniciadas junto com a pandemia de COVID-19 em 2020, a PB-LOG adotou um modelo permanente (adesão voluntária) de teletrabalho por até três dias na semana. A efetiva aplicação desse modelo foi implementado em 2021 e se manteve durante todo o ano de 2022.

A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda possui importantes iniciativas de gestão para atender às demandas e expectativas de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças. Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela cooperação ao longo do ano 2022 e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2023.

A Administração

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Sobre este documento

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

Perfil Corporativo

A PB-LOG

Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes.

A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

Visão, Missão e Valores

Visão

Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão

Gerar valor para os nossos stakeholders com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.

Valores

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)











Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente

Ética e transparência

Orientação ao mercado

Superação e confiança

Resultados

Estrutura Societária

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Plano Estratégico

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos.

O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PE, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da Companhia em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado e define eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

Modelo de Negócio

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, visando ao atendimento em prontidão, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atender todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

Serviços de Poços

Seguindo orientação estratégica de saída da Companhia da prestação de serviços de poços, o ano de 2022 marcou a finalização de todos os contratos de serviço ainda vigentes, tendo sido o abandono definitivo do poço TVD-02 a única operação realizada no ano neste segmento.

Engenharia Submarina

O sucesso na operação de posicionamento, conexão e inspeção das linhas de ancoragem do FPSO Guanabara foi destaque no 1º trimestre. Posteriormente, houve continuidade na prestação dos serviços de ancoragem, instalações submarinas e inspeções e apoio ao *offloading* para os Ativos de Libra, Tartaruga Verde e Roncador, sendo todos os contratos de serviços encerrados ao final do ano, marcando a saída da Companhia deste segmento, conforme orientação estratégica da Controladora.

Gestão e Suporte ao Modelo de Negócio

Estratégia

No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, Apoio Logístico e Apoio Marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa

A Companhia desenvolve os seus negócios de forma orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade.

Administração

A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma:

Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

e nas melhores práticas de Governança Corporativa.

Diretoria Executiva — É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Operações. No ano 2021, foi extinta a posição de Diretor Corporativo e Financeiro, com realocação de algumas atividades diretamente ao Diretor Presidente e, ademais, foi constituída a nova posição de Diretor Financeiro.

Auditoria Interna - A Auditoria Interna tem a função de assessorar a Diretoria Executiva no exercício do controle das principais operações da Companhia, além de atender às demandas dos órgãos de controle e fiscalização (como TCU, CGU, Agências Reguladoras, dentre outros) com foco no fortalecimento dos controles internos e na mitigação dos riscos, buscando o alinhamento dos processos às diretrizes emanadas pela Petrobras. O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) é aprovado pela Diretoria Executiva e compreende a agenda de trabalhos da Auditoria Interna, observados os critérios de materialidade, relevância e criticidade. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, para o Diretor Presidente da PB-LOG e para o Diretor ao qual a área esteja subordinada. Os trabalhos concluídos também são informados, trimestralmente, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras.

Comitê de Auditoria Estatutário - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Conglomerado Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS); e (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade

A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e suas participações societárias e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua *Holding*.

Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética, aplicável no âmbito da Petrobras e suas participações societárias, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção – PPPC.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua controladora.

Relacionamento com Partes Interessadas

As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador.

Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para a Petrobras e suas participações societárias, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações:

- □ Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- □ Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- □ Foreign Corrupt Practices Act 1977 (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e
- □ *UK Bribery Act* 2010, lei anticorrupção do Reino Unido.

A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com os Auditores Externos, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração.

Canal de Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, Petrobras e suas participações societárias, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos da Petrobras,

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras e pela PB-LOG.

Gestão de Riscos

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Financeira da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente.

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei nº 13.303/2016.

Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional; e (iv) Negócio.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

- A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.
- A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.
- A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.
- Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação.
- As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos stakeholders e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

Desempenho Econômico-Financeiro

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Cenário Macroeconômico

As mais atuais projeções estimam um crescimento de cerca de 3,1% do PIB brasileiro em 2022, após crescimento de aproximadamente 4,6% em 2021. Em que pese ter sido um ano de eleições majoritárias e sujeito às maiores oscilações dos indicadores de mercado, ainda assim a economia manteve-se em crescimento, puxado pelos resultados positivos da indústria e principalmente dos serviços, ainda que o ritmo de crescimento da atividade econômica tenha arrefecido no último trimestre do ano.

No tocante ao segmento de E&P no Brasil, o boletim de conjuntura da Indústria de Óleo & Gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que com a retomada das atividades presenciais dos setores de serviço e indústria elevou o consumo de combustíveis em um cenário de aumento global dos preços de petróleo e seus derivados, devido, principalmente, ao conflito na Ucrânia e o aumento da demanda internacional acima do esperado. Este contexto dominou a pauta de discussões do setor, levando a várias ações visando reduzir as variações de preço no país. Vale destacar ainda que vários agentes se preparam para iniciar operações no mercado de gás natural nacional, obtendo autorizações para comercialização e/ou carregamento.

Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade e diversificou a sua atuação em 2022 na nova modalidade contratual de serviço de Controle de Emergência, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos e redução de custos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Campos e de Santos, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção.

Em 2022, a PB-LOG manteve contratos para prestação de serviços logísticos integrados com os consórcios BM-S-11, BM-S-09, Libra, Papa Terra, Albacora Leste, Roncador e Tartaruga Verde. Também adicionou ao portfólio, nos dois últimos anos, contratos para prestação de serviços de controle de emergência de SMS para os consórcios Búzios, Sépia e Itapu. Quanto aos contratos de Serviços de Poços, houve atividade pontual de abandono em Tartaruga Verde refletindo a saída da Companhia do segmento. Já na área de Engenharia Submarina, a PB-LOG realizou operações de Ancoragem (*Hook Up*) e de remanejamento de linhas em Libra, além de operações no SPA2 também em Libra. Contudo, com operações menores em relação a 2021, já refletindo também a saída da Companhia do segmento.

	2022	2021
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	32	42
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	30	15
Serviços de Poços (operações/ano)	1	33
Engenharia Submarina (operações/ano)	382	1.061

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

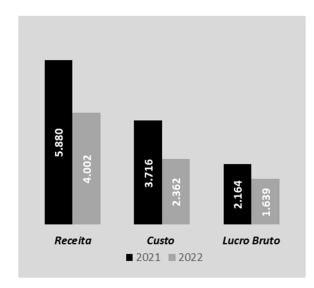
Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

Destaque dos Resultados de 2022

Para fins de comparação, a Companhia avalia seus indicadores com base nas receitas e custos sem os efeitos do CPC 47, que versa sobre receitas de contratos com clientes.



Os efeitos da saída dos segmentos de Serviços de Poços e de Engenharia Submarina, provocaram a redução (i) da receita líquida em 32% (R\$ 4.002 em 2022, frente a R\$ 5.880 em 2021); e (ii) do lucro bruto em 24% (R\$ 1.639 em 2022, frente a 2.164 em 2021).

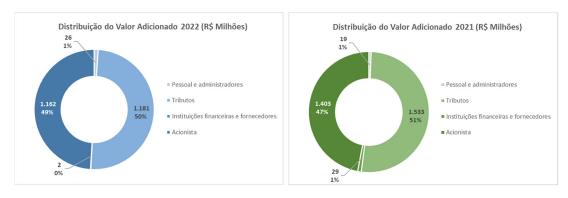
Este resultado é reflexo do reenquadramento estratégico de atuação da Companhia, definido pela Controladora. Contudo, a PB-LOG avançou nas operações em Controle de Emergência (+281% dias de operação), representando um aumento no lucro bruto de R\$ 169.

Cabe destacar ainda que os principais

indicadores de performance da Companhia foram auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o NOPAT (Net Operating Profit After Taxes) que atingiu R\$ 1.070 (meta de R\$ 769); (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R\$ 1.158 (meta R\$ 769); e (3) os gastos com DG&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram 25% em relação à meta de R\$ 28.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista

Em 2022, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 2.371 em riqueza à sociedade, uma redução de 21% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2021. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,56 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, os quais totalizaram R\$ 1.181 (aproximadamente 77% em relação ao exercício anterior), sendo R\$ 1.028 tributos federais e R\$ 153 tributos municipais.



Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias.

A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2022, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2022, no montante de R\$ 1.162 (R\$ 1.403 em 2021) contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

Perspectivas

O cenário macroeconômico para os próximos anos apresenta desafios ao crescimento econômico em meio à estabilização do contexto fiscal. No cenário externo, há risco de desaceleração global a partir de 2023, o que pode vir a impactar as exportações brasileiras para grandes mercados, como Estados Unidos e China.

Porém, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por investimentos com objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento com a entrada de novas unidades de produção.

Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US\$ 78 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US\$ 64,3 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logísticos para atendimento das operações da Petrobras, podem surgir oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a Companhia seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio.

Para que as ações de otimização sejam sustentáveis no longo prazo, a Companhia manterá seu Programa de Conformidade, em consonância com as práticas e conceitos adotados pela Petrobras. Destaca-se que o Programa apresenta as melhores práticas de prevenção à corrupção e reforça os valores relacionados a ética e transparência. Assim, o Programa prevê ações (e.g. treinamentos e divulgação de padrões) para melhoria contínua de suas práticas de conformidade e fortalecimento de sua cultura de integridade.

Plano Estratégico 2023-2027

O PE 23-27 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em Controle de Emergência e logística integrada, dando maior foco no seu principal eixo de atuação com o intuito de explorar melhor a atividade na qual a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva, saindo das atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina. Este reposicionamento tem reflexo direto na queda da curva de receita e resultado nos próximos anos.

111111003	Margem
7.989 (5.170)	
	7.989 (5.170)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Relatório da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Lucro Bruto	2.819	35%
Despesas Gerais e Administrativas	(140)	
Despesas Tributárias	(8)	
Outras Despesas Operacionais	(18)	
Lucro Operacional	2.653	33%
Resultado Financeiro	189	
LAIR	2.842	
IR/CSLL	(966)	
Luro Líquido	1.876	23%

Para o primeiro ano do PE (2023), estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

	Unidade	Meta	Tipo
Fluxo de Caixa Operacional	R\$ mil	709.161	Maior-Melhor
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R\$ mil	771.336	Maior-Melhor
Eficiência dos Gastos Corporativos (EGC)	%	1,23	Menor-Melhor

Auditores Independentes

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"), os quais emitiram o relatório de auditoria sem ressalvas. No exercício, então findo, não foram contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência da KPMG em relação à Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 03 de março de 2023, sobre Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

A Administração,

Rodrigo Valle Real Diretor Presidente

Giselle Pacheco Tinoco Diretora de Operações Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho Diretor Financeiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado nas notas explicativas n°s 1 e 9, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, principalmente envolvendo à receita de serviços e os custos de serviços prestados . Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Ulysses M. Dharte Magalhães Contador CRC RJ-092095/O-8

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	7	586.035	494.891
Contas a receber de clientes, líquidas	5	483.642	481.071	Arrendamentos	8	1.102	109
Contas a receber FIDC	5	522.767	353.276	Imposto de renda e contribuição social	11	50.723	40.003
Despesas antecipadas		-	936	Impostos e contribuições	11	26.435	46.599
Imposto de renda e contribuição social	11	71	185	Outros passivos		6.756	6.021
Impostos e contribuições	11	4.169	40.461			671.051	587.623
		1.010.650	875.930				
				Não Circulante			
Não Circulante				Arrendamentos	8	1.177	1.950
Realizável a longo prazo				Provisão para processos judiciais e administrativos	10	50.988	75.025
Contas a receber, líquidas	5	49.068	45.947	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	1.145	-
Depósitos judiciais	10	43.921	40.002	Outros passivos		2.334	1.783
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	11.142			55.644	78.758
Impostos e contribuições	11	75.417	66.459			726.695	666.381
		168.406	163.550				
				Patrimônio Líquido	12		
Imobilizado	6	1.674	1.997	Capital social		249.391	249.391
		1.674	1.997	Reserva legal		49.880	49.880
		170.080	165.547	Dividendos adicionais propostos		154.764	75.825
						454.035	375.096
Total		1.180.730	1.041.477	Total		1.180.730	1.041.477

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Receita de serviços	15	3.642.941	4.217.471
Custo dos serviços prestados	18	(2.003.678)	(2.053.855)
Lucro Bruto		1.639.263	2.163.616
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	18	(20.908)	(14.972)
Tributárias	18	(6.658)	(5.450)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	10.059	(31.182)
		(17.507)	(51.604)
Resultado antes do resultado financeiro		1.621.756	2.112.012
Resultado financeiro líquido	16	137.681	13.117
Receitas financeiras		139.057	41.776
Despesas financeiras		(1.376)	(28.659)
Lucro antes dos impostos		1.759.437	2.125.129
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(585.369)	(726.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(12.287)	4.429
Lucro líquido do exercício		1.161.781	1.402.858
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	0,49	0,59

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.161.781	1.402.858
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.161.781	1.402.858

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital Subscrito e Integralizado	Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	249.391	49.880	146.166	-	445.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.402.858	1.402.858
Dividendos adicionais pagos de 2020	-	-	(146.166)	-	(146.166)
Dividendos intermediários pagos de 2021	-	-	-	(1.327.033)	(1.327.033)
Dividendos adicionais propostos de 2021	-	-	75.825	(75.825)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	249.391	49.880	75.825	-	375.096
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.161.781	1.161.781
Dividendos adicionais pagos de 2021	-	-	(75.825)	-	(75.825)
Dividendos intermediários pagos de 2022	-	-	-	(1.007.017)	(1.007.017)
Dividendos adicionais propostos de 2022	-	-	154.764	(154.764)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	249.391	49.880	154.764	-	454.035

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.161.781	1.402.858
·		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	382	103
Amortização de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(5)	(6)
(Reversão) provisão para processos judiciais e administrativos	(22.438)	13.476
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	12.287	(4.429)
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	229	30
Variações monetárias não realizadas	(19.811)	25.381
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(93.104)	(29.944)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos	-	(43)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	8.183	234.666
Impostos a recuperar	29.874	17.503
Outros ativos	(363)	(994)
(Redução) aumento de passivos		
Fornecedores	90.226	(377.411)
Processos judiciais pagos	(1.529)	-
Impostos e contribuições a recolher	222.266	199.318
Imposto de renda e contribuição social pagos	(231.709)	(246.575)
Outros passivos	2.018	(1.076)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.158.287	1.232.857
Atividades de Investimento		
Aplicações em ativos financeiros	(3.729.030)	(5.779.243)
Resgate em ativos financeiros	3.652.630	6.510.337
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(76.400)	731.094
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	42-1	(= - =)
Amortização de arrendamentos	(67)	(548)
Pagamento de dividendos	(1.081.820)	(1.963.403)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	(1.081.887)	(1.963.951)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	4.247.162	5.029.056
	4.247.162	5.029.056
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(2.015.321)	(2.087.142)
	(2.015.321)	(2.087.142)
Valor adicionado bruto	2.231.841	2.941.914
Depreciação e amortização	(382)	(103)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.231.459	2.941.811
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	139.057	41.776
Necettas illiancenas - iliciai variações illonetarias e cambiais ativas	133.037	41.770
Valor adicionado total a distribuir	2.370.516	2.983.587
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	26.060	18.534
	26.060	18.534
Tributos		
Federais	1.015.721	1.351.064
Municipais	152.974	186.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.287	(4.429)
Institute and financial of annual and	1.180.982	1.532.836
Instituições financeiras e fornecedores	1 276	20.050
Juros, variações cambiais e monetárias	1.376	28.659
Despesas de aluguéis	317 1.693	700 29.359
Acionistas	1.055	25.335
Dividendos	1.007.017	1.327.033
Lucros retidos	154.764	75.825
	1.161.781	1.402.858
Valor adicionado distribuído	2.370.516	2.983.587

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 1° de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos.

A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina.

1.1. Destaques do exercício

Em 2022, a PB-LOG destaca as seguintes operações:

- (i) Nos serviços de Logística, além da continuidade na prestação de serviços aos clientes, destacam-se o início do atendimento na modalidade operacional de Combate à Emergência para Itapu e Sépia e a ampliação de vínculos contratuais com ativos exploratórios, Tartaruga Verde e o BM-S-09. Ademais, cabe destacar a descontinuidade na prestação de serviços de logística integrada para o consórcio Papa-Terra devido ao desinvestimento total do ativo pela Petrobras.
- (ii) Nos serviços de Poços, destacam-se as operações de abandono definitivo de poço no campo de Tartaruga Verde (BM-C-36) realizada entre setembro e outubro de 2022.
- (iii) Nos serviços de Engenharia Submarina os destaques foram, o Hook up do FPSO Guanabara realizado entre fevereiro e março de 2022. O contrato de Libra sofreu aditivo para permitir a continuidade da mobilização do SPA-2 com a interligação da linha de gás do MRO-5, o remanejamento das linhas de gás do SPA-1 e a interligação do poço MRO-3 ao FPSO Guanabara. No contrato de Tartaruga Verde houve a interligação do poço injetor TVD-9.

Os contratos de prestação de serviços de construção de poços e serviços submarinos foram encerrados ao final de 2022 devido à descontinuidade destas modalidades de serviço pela Companhia.

A Companhia em 2022 manteve contratos de prestação de serviços de Logística Integrada com os consórcios Papa-Terra e Albacora Leste, ativos nos quais a Petrobras atuava como operadora. Em função do desinvestimento integral nestes ativos realizado pela Petrobras, em 22 de dezembro de 2022 e 26 de janeiro de 2023, respectivamente, os serviços da PB-LOG a estes consórcios foram descontinuados.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2022, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculado ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que estão convergidas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota explicativa 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 03 de março de 2023.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novas normas e interpretações

International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022 são:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i> e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda provê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de "mudança na estimativa contábil" deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo "estimativas contábeis": valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 <i>Income Taxes</i> de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às IFRS, tal como as emitidas pelo IASB. As emendas das IFRS contidas acima não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2022. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como as IFRS equivalentes:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS equivalente IFRS 17 – Insurance Contracts	Data de vigência 1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS12)	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21	IFRS 17 – Insurance Contracts Amendments to IFRS 17 Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)	1º de janeiro de 2023

3. Sumário das principais práticas contábeis

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo
 fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas
 específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo
 quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem
 contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por
 apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses. Entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

e) Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal das suas operações, bem como das operações da refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela PB-LOG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 10.

4.2. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Informações sobre a PCE são apresentados na nota explicativa nº 5.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa nº 11.

5. Contas a receber

	2022	2021
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas (Nota 9)	483.642	487.017
Outras contas a receber - partes relacionadas (Nota 9) (b)	49.068	40.002
Terceiros	263	261
Recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	522.767	353.276
Total do contas a receber	1.055.740	880.557
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(263)	(263)
Total do contas a receber, líquidas	1.055.477	880.294
Circulante	1.006.409	834.347
Não Circulante (b)	49.068	45.947
·	<u>-</u>	

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é um fundo exclusivo da Petrobras e suas controladas e destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por suas subsidiárias e controladas.

Os recursos aplicados no FIDC-NP são classificados na categoria de valor justo por meio de resultado e tiveram rendimento de 12,37% em 2022 (4,40% em 2021).

O aumento em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se a maior volume aplicado e rendimentos em função da continuidade dos aumentos da taxa Selic ao longo de 2022.

(b) Contas a receber de longo prazo

Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

Os valores vencidos há mais de 30 dias são objeto de provisão para perda de crédito esperada, conforme indicado na nota explicativa nº 5.

A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa nº 9.

6. Imobilizado

	2022	2021
Equipamentos e instalações de escritório	2	3
Direitos de uso	1.672	1.994
	1.674	1.997

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PBLOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos.

6.1. Prática contábil

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens do imobilizado relativos ao direito de uso são depreciados pelo método linear com base no prazo contratual.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. **Fornecedores**

	2022	2021
Terceiros no país	107.341	132.314
Partes relacionadas (Nota 9)	478.694	362.577
	586.035	494.891

A companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela companhia com tais fornecedores, bem como não acrescenta encargos financeiros para companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e, a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do Programa, é de R\$ 678 (sem ocorrências em 2021) e possui prazo médio de pagamento de 22 dias.

8. **Arrendamentos**

Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PBLOG obtém integralmente os benefícios de seu uso.

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31.12.2021	Remensurações	Encerramento Antecipado	Pagamentos de Principal e Juros	Encargos incorridos no exercício	Saldo em 31.12.2022
	2.059	58	-	(67)	229	2.279
Circulante	109					1.102
Não Circulante	1.950				_	1.177
	Saldo em 31.12.2020	Novos Contratos	Encerramento Antecipado	Pagamentos de Principal e Juros	Encargos incorridos no exercício	Saldo em 31.12.2021
	703	1.916	(43)	(548)	31	2.059
Circulante	593					109
Não Circulante	110					1.950

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8.1. Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

9. Partes relacionadas

9.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Petrobras Transporte S.A. Transpetro	Petrobras Biocombustív el S.A. PBIO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado	2022	2021
Ativo:						
Circulante						
Contas a Receber						
Empresas ligadas	483.259	383	-	522.767	1.006.409	834.349
Não circulante						
Contas a Receber						
Empresas ligadas	49.068	-	-	-	49.068	45.947
	532.327	383	-	522.767	1.055.477	880.296
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Empresas Ligadas	478.315	262	117	-	478.694	362.577
Arrendamentos	1.102	-	-	-	1.102	109
Não circulante						
Arrendamentos	1.177	-	-	-	1.177	1.950
	480.594	262	117	-	480.973	364.636
Resultado					2022	2021
Receita líquida por prestação de serviços	3.641.296	1.645	-	_	3.642.941	4.217.471
Custos dos serviços prestados	(789.779)	-	43	-	(789.735)	(655.787)
Compartilhamento de gastos	(6.600)	-	(312)	-	(6.912)	(3.485)
Resultado financeiro	-	-	-	93.104	93.104	29.944
Outras despesas e recuperação de custos	(9.597)	-	-	-	(9.597)	(6.212)
	2.835.321	1.645	(269)	93.104	2.929.801	3.581.930

Os saldos com partes relacionadas são oriundos, principalmente, das atividades operacionais da Companhia para a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

9.2. Receita líquida de prestação de serviços

Referem-se a contratos para prestação de serviços de construção de poços marítimos e apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à quase totalidade da receita dos serviços prestados.

9.3. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022. Foi deliberada a fixação do montante global de limite máximo anual da remuneração da Diretoria Executiva no valor de R\$ 6.368, válido para o período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023 (R\$ 5.484 para o período abril de 2021 a março de 2022).

Em 2022, a remuneração anual total dos membros da Diretoria Executiva (incluindo salários, benefícios, remuneração variável e encargos) foi de R\$ 3.299 (R\$ 3.672 em 2021). A maior realização em 2021 deve-se, principalmente à ocupação integral das posições de Diretor Presidente, Diretor de Operações e Diretor Corporativo e Financeiro, diferente de 2022 em que a posição de Diretor Financeiro foi executada de forma centralizada pela Petrobras.

Em 2022, considerando salários e benefícios, a maior remuneração equivale a R\$ 85 (R\$ 83 em 2021), a menor, a R\$ 61 (R\$ 63 em 2021); e a remuneração média mensal, a R\$ 73 (R\$ 71 em 2021).

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A PBLOG é patrocinadora do plano de previdência Plano Petros 2 de modo a possibilitar o pagamento das contribuições referentes aos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, apenas durante o período de seus mandatos na PBLOG, cabendo à Petrobras integralmente as obrigações de benefício pósemprego.

9.4. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

Em 2022, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou novo Programa de Prêmio por Performance (PPP) para o ano, destinado aos empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada na empresa, que, alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 há provisão para pagamento em 2023 de R\$ 3.666 referente ao PPP 2022 (R\$ 3.493 pagos em 2022 referente ao PPP 2021).

Participação nos Lucros e Resultados - PLR

Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG que não ocupam funções gratificadas estão cobertos pelo Acordo Coletivo de Programa de Participação nos Lucros (PLR) negociado entre os Sindicatos e a Petrobras para o período 2021-2022.

O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 há provisão de R\$ 235 em relação à PLR do exercício (R\$ 269 em 2021).

9.5. Remuneração do Conselho Fiscal

Em 29 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, o que corresponde a um limite mensal de R\$ 6, dentro do limite autorizado pela SEST (OFÍCIO SEI Nº 112380/2022/ME), a ser paga no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023.

No exercício de 2022, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 6 (mesmo valor em 2021).

10. Processos judiciais e contingências

10.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

 Processos fiscais: Referem-se, principalmente, à não homologação de compensações de tributos federais e municipais, além de autos de infração lavrados em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia;

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

•

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) Revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) Diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; (iii) Ações individuais de terceirizados com pleito de verba rescisórias entre outros; e
- **Processos cíveis:** Pincipalmente contratos de afretamento.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2022	2021
não circulante		
	37.775	35.806
istas	11.292	10.141
Cíveis Cíveis	1.921	29.078
	50.988	75.025

A movimentação dos processos judiciais provisionados no período está apresentada a seguir:

	2022	2021	
Saldo inicial	75.025	62.973	
Adições (Baixas) líquidas			
Fiscais	1.969	662	
Trabalhistas	1.151	(2.068)	
Cíveis	(27.157)	13.458	
Saldo final	50.988	75.025	

Exceto pelos processos de natureza cível que estão relacionados às atividades da PB-LOG, os demais processos judiciais com o prognóstico de perda provável são oriundos das atividades operacionais da REFAP, para os quais existe um acordo contratual de ressarcimento pela Petrobras. Desta forma, foi constituído contas a receber no Ativo não circulante no montante de R\$ 49.068 (R\$ 45.947 em 31 de dezembro de 2021).

A redução no saldo das provisões para contingências cíveis decorre do trânsito em julgado de processos judiciais, que determinou o pagamento, integral ou parcial, de condenações. Tais desembolsos, quando realizados por ré solidária que não a Companhia, acarretam o reconhecimento de obrigação de ressarcimento.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das causas correspondentes:

	2022	2021
Ativo não circulante		
Trabalhistas	61	59
Fiscais	43.860	39.943
	43.921	40.002

A movimentação dos depósitos judiciais no período está apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	40.002	38.730
Adições	304	1.978
Atualizações	3.615	1.273
Baixas	-	(1.979)
Saldo final	43.921	40.002

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2022	2021
Fiscais	71.868	74.199
Trabalhistas	16.354	19.150
Cíveis	120.007	106.495
Ambientais	250	229
	208.479	200.073

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Autor: União Federal 1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). 2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	16.948 54.294 626 71.868 Estimativa
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). 2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	54.294 626 71.868 Estimativa
Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). 2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	54.294 626 71.868 Estimativa
2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	626 71.868 Estimativa
societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	626 71.868 Estimativa
Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	626 71.868 Estimativa
Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	71.868 Estimativa
Outros processos de natureza fiscal Total de processos de natureza fiscal Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	71.868 Estimativa
Descrição dos processos de natureza trabalhista: Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	<u>Estimativa</u>
Autor: DIVERSOS - Pessoa física 1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	13.395
Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	13.395
Situação atual: Em fevereiro de 2022 foi iniciado o julgamento dos agravos interpostos pelo autor e diversos amicus curiae. Atualmente o julgamento encontra-se em andamento na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	13.395
Federal, com 3 votos favoráveis, confirmando que o entendimento prevalecente é no sentido de reconhecer a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	13.395
validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre as empresas e os sindicatos. Considerando que o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	13.395
o último ministro a se manifestar pediu vista, o julgamento foi suspenso aguardando a apresentação do voto do Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	
Ministro Vistor. 2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	
Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	
	2.959
Total de processes de potrurero trobalhista	
Total de processos de natureza trabalhista	16.354
Descrição dos processos de natureza cível:	<u>Estimativa</u>
Autores: Pessoas Jurídicas 1) Pleito de anulação de deduções em contrato de afretamento de embarcação.	
Situação atual: A sentença julgou procedente os pedidos, decisão em face da qual foi interposto recurso de	2.245
apelação, pendente de apreciação.	2.243
2) Pleitos indenizatórios oriundos de contrato de serviços de logística.	
Situação atual: O juízo atendeu a requerimento da Companhia para a produção de prova técnica.	117.762
Total de processos de natureza cível	120.007
Descrição dos processos de natureza ambiental:	Estimativa
Autores: Autoridades Governamentais	LJUITIALIVA
1) Infrações em discussão a respeito de danos ambientais onshore.	
Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação	

10.3. Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos. No entanto, passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Tributos

11.1. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos a recuperar e a recolher

	Ativo	Circulante	Ativo não	Circulante	Passivo	Circulante
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social Impostos e contribuições	71	185	-	-	50.723	40.003
PIS/COFINS	4.055	40.347	75.417	66.459	258	258
Imposto Sobre Serviços	-	-	-	-	22.539	29.391
Outros	114	114	-		3.638	16.950
	4.240	40.646	75.417	66.459	77.158	86.602

O imposto de renda e a contribuição social serão recuperados no curso das atividades operacionais da Companhia.

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Provisão para processos judiciais	Programas de Remuneração	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2021	5.309	2.064	(660)	6.713
Reconhecido no resultado do exercício	4.578	(63)	(86)	4.429
Em 31 de dezembro de 2021	9.887	2.001	(746)	11.142
Reconhecido no resultado do exercício	(9.233)	(64)	(2.990)	(12.287)
Em 31 de dezembro de 2022	654	1.937	(3.736)	(1.145)
Impostos diferidos ativos				14.232
Impostos diferidos passivos				(3.090)
Em 31 de dezembro de 2021				11.142
Impostos diferidos ativos				3.417
Impostos diferidos passivos				(4.562)
Em 31 de dezembro de 2022				(1.145)

11.3. Prática contábil

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o conglomerado Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

11.4. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro contábil antes dos tributos	1.759.437	2.125.129
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal nominal	598.209	722.544
Exclusões / (adições) permanentes, líquidas	(527)	(303)
Outros	(25)	30
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	597.656	722.271
Alíquota efetiva	34%	34%

A seguir, a composição da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2022	2021
Corrente	585.369	726.700
Diferido	12.287	(4.429)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	597.656	722.271

11.5. Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do exercício que está sendo reportado, aplicando-se as alíquotas vigentes nesse exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

12.2. Participação acionária

O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

12.3. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido pela PBLOG (R\$ 49.880 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021) já atinge o limite legal.

12.4. Remuneração ao acionista

Quando proposta pela Companhia, a remuneração ao acionista ocorre sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2021, no montante de R\$ 75.825, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, e foi pago à Petrobras em 11 de maio de 2022.

Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a outubro de 2022, no montante de R\$ 1.005.995, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 01 de dezembro de 2022, e pagos à Petrobras em 29 de dezembro de 2022.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os dividendos estão assim demonstrados:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício:	1.161.781	1.402.858
Lucro básico para determinação do dividendo	1.161.781	1.402.858
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários	1.005.995	1.327.033
Atualização monetária das antecipações - Selic	1.022	-
Dividendos adicionais propostos	154.764	75.825
	1.161.781	1.402.858

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.5. Lucro por ação

O lucro líquido diluído por ação atingiu R\$ 0,49 (R\$ 0,59 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.161.781	1.402.858
Quantidade de ações	2.360.959.993	2.360.959.993
Lucro líquido por ação (R\$ por ação)	0,49	0,59

13. Instrumentos financeiros

13.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme detalhado a seguir:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber de clientes, líquidas	483.642	481.071
Contas a receber - FIDC	522.767	353.276
	1.006.410	834.348
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	49.068	45.947
Depósitos judiciais	43.921	40.002
	92.989	85.949
	1.099.399	920.297
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	586.035	494.891
Arrendamentos	1.102	109
Outros passivos	6.756	6.021
	593.893	501.021
Não circulante		
Arrendamentos	1.177	1.950
Outros passivos	2.334	1.783
·	3.511	3.733
	597.404	504.754

O principal ativo financeiro da Companhia é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

13.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado, exceto o Contas a receber - FIDC. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O Contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 5 (a), está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

14. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

14.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

14.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na eventual impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

O aging dos recebíveis concedidos na data das demonstrações financeiras era:

	2022	2021
Recebíveis		
A vencer	532.710	527.018
Vencidos há mais de 30 dias	263	263
	532.973	527.281

A Companhia não apresenta saldos significativos em atraso e histórico relevante de perdas por inadimplência.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de contas a receber são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

14.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros a valores nominais, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	Fluxo de Caixa contratual	
Em 31 de Dezembro de 2022			
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	107.341	107.341	
Partes relacionadas	478.694	478.694	
Arrendamentos	2.279	2.279	
Outros passivos	9.090	9.090	
Total	597.404	597.404	

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14.5. Valor justo dos ativos financeiros

Os valores justos dos ativos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	202	2022		1
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e Equivalentes de caixa	1	1	1	1
Contas a receber FIDC	522.767	522.767	353.276	353.276

15. Receita de serviços

A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com sua acionista controladora Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta de serviços	4.219.609	5.022.588
ISS	(152.974)	(186.201)
PIS	(75.578)	(110.401)
COFINS	(348.116)	(508.515)
	3.642.941	4.217.471

15.1. Prática contábil

Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada, construção de poços e engenharia submarina.

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia em cada um deles quais são as promessas que podem ser consideradas como obrigações de performance. Obrigações de performance são cada promessa de transferir ao cliente:

- bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
- série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o controle do serviço prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle dele.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos serviços prometidos ao cliente. A contraprestação prometida em contratos com os clientes pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Juros e receitas (a)	119.145	38.812
Variações monetárias ativas (b)	19.912	2.964
	139.057	41.776
Despesas Financeiras		
Juros	(25)	(283)
Despesas com passivos de arrendamento	(229)	(30)
Variações monetárias passivas (c)	(1.122)	(28.346)
	(1.376)	(28.659)

- (a) Maior rendimento com aplicações no FIDC, em função de maior disponibilidade de recursos para aplicação financeira (FIDC).
- (b) Contém atualização monetária, em 2022, referente ressarcimento de Contrato de Compartilhamento de Custos com a Petrobras.
- (c) Atualização monetária, em 2021, do ressarcimento à Petrobras de créditos tributários a recuperar das atividades da REFAP S/A.

17. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Reversões (provisões) com perdas e provisão para processos judiciais (a)	22.438	(13.476)
Despesas com ociosidade de embarcações	(7.724)	(5.177)
Multas contratuais (b)	(395)	5.116
Remuneração variável, prêmio por desempenho e PLR	(3.685)	(4.042)
Baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos	-	43
Ressarcimento créditos tributários (c)	-	(13.905)
Outras receitas (despesas), líquidas	(575)	259
	10.059	(31.182)

- (a) Contém efeito de divisão de custos e ressarcimento com a Petrobras.
- (b) Multas contratuais aplicadas em empresas prestadoras de serviços e provisão multas de clientes.
- (c) Ressarcimento à Petrobras de créditos tributários a recuperar das atividades da REFAP S/A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Despesas e custos por natureza

	2022	2021
Despesas com pessoal cedido pela Controladora (administrativo)	(12.584)	(10.480)
Outras despesas administrativas	(1.109)	(988)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)	(6.912)	(3.483)
Depreciação e amortização (administrativo)	(303)	(21)
Despesas tributárias	(6.658)	(5.450)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.231.159)	(1.383.858)
Serviços logísticos	(688.044)	(591.861)
Operações terrestres	(63.777)	(52.606)
Despesas com pessoal cedido pela Controladora (operacional)	(7.567)	(5.385)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (operacional)	-	(661)
Depreciação e amortização (operacional)	(74)	(76)
Outros custos operacionais	(13.057)	(19.408)
	(2.031.244)	(2.074.277)
Na demonstração de resultado:		
Despesas Gerais e Administrativas	(20.908)	(14.972)
Despesas Tributárias	(6.658)	(5.450)
Custos dos Serviços Prestados	(2.003.678)	(2.053.855)
	(2.031.244)	(2.074.277)

19. Gestão de recursos humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos do Sistema Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Valle Real
Rodrigo Valle Real (3 de Março de 2023 16:36 GMT-3)

Rodrigo Valle Real Diretor-Presidente

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho
Reynaldo Lopes Carvalho Reynaldo Reynal

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho Diretor Financeiro Giselle Pacheco Tinoco
Giselle Pacheco Tinoco (3 de Março de 2023 17:05 GMT-3)

Giselle Pacheco Tinoco Diretora de Operações

Eduardo Seixas

Eduardo Seixas Contador – CRC/RJ 087203/O-6 Relatório de auditoria final 2023-03-12

Criado em: 2023-03-03

Por: Eduardo Seixas (e.seixas@petrobras.com.br)

Status: Assinado

ID da transação: CBJCHBCAABAAER62gUxBeOj9qtksOTblwnQuDpy0_CYT

Histórico de "DFs 2022"

Documento criado por Eduardo Seixas (e.seixas@petrobras.com.br) 2023-03-03 - 19:32:33 GMT

Eduardo Seixas (e.seixas@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2023-03-03 - 19:35:42 GMT

ocumento assinado eletronicamente por Eduardo Seixas (e.seixas@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2023-03-03 - 19:35:42 GMT - Fonte da hora: servidor

Documento enviado por email para rodrigoreal@petrobras.com.br para assinatura 2023-03-03 - 19:35:43 GMT

Email visualizado por rodrigoreal@petrobras.com.br 2023-03-03 - 19:36:03 GMT

O signatário rodrigoreal@petrobras.com.br inseriu o nome Rodrigo Valle Real ao assinar 2023-03-03 - 19:36:39 GMT

Rodrigo Valle Real (rodrigoreal@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

2023-03-03 - 19:36:41 GMT

Documento assinado eletronicamente por Rodrigo Valle Real (rodrigoreal@petrobras.com.br)

Data da assinatura: 2023-03-03 - 19:36:41 GMT - Fonte da hora: servidor

Documento enviado por email para giselletinoco@petrobras.com.br para assinatura 2023-03-03 - 19:36:42 GMT

Email visualizado por giselletinoco@petrobras.com.br 2023-03-03 - 20:04:49 GMT



- O signatário giselletinoco@petrobras.com.br inseriu o nome Giselle Pacheco Tinoco ao assinar 2023-03-03 20:05:28 GMT
- Giselle Pacheco Tinoco (giselletinoco@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A 2023-03-03 20:05:30 GMT
- Documento assinado eletronicamente por Giselle Pacheco Tinoco (giselletinoco@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2023-03-03 20:05:30 GMT Fonte da hora: servidor
- Documento enviado por email para reylopes@petrobras.com.br para assinatura 2023-03-03 20:05:31 GMT
- Email visualizado por reylopes@petrobras.com.br 2023-03-12 16:57:45 GMT
- O signatário reylopes@petrobras.com.br inseriu o nome Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho ao assinar 2023-03-12 16:58:21 GMT
- Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A

 2023-03-12 16:58:23 GMT
- Documento assinado eletronicamente por Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho (reylopes@petrobras.com.br)

 Data da assinatura: 2023-03-12 16:58:23 GMT Fonte da hora: servidor
- Contrato finalizado.
 2023-03-12 16:58:23 GMT